

## ATA N° 02/2018

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44

Às 09h45min do dia 14 de dezembro de 2018 deu-se início a 2ª reunião ordinária do Conselho Consultivo da ESEC Taim. O Sr. Caio deu as boas vindas, fez a leitura e aprovação da Ata 01/2018 e após fez a confirmação de quórum. O primeiro assunto a ser tratado foi o plano de manejo. O Sr. Caio apresentou como foi o trabalho do grupo durante a elaboração do plano de manejo da ESEC Taim. O Sr. Kleber (representante do NEMA) gostaria de elogiar a participação do conselho, do ICMBio e da ESEC Taim na realização deste evento. E ainda comentou que agora depende da gente a continuação do processo. O Sr. Kleber disse que pediu extraoficialmente e quer colocar na ata a solicitação de uma nota técnica oficial referente ao zoneamento, pois o cenário é elaboração de outros planos de manejo na região. E todos se balizam com os planos de manejo do ICMBio. O Sr. Luciano (representante da SEMA) falou que no próximo ano vai trabalhar no Plano de Manejo da REBIO do Mato Grande usando essa metodologia e gostaria também desta nota técnica oficial. O segundo assunto a ser tratado foi sobre a compensação da TSLE – passarela e estacionamento. O Sr. Caio comentou que já tem uma empresa vencedora da licitação e a previsão é de começar as obras em janeiro. Explicou também que ainda existe uma demanda junto ao DNIT para adequação do projeto. E que já foi pedido alvará de construção a prefeitura municipal de Rio Grande. Terceiro assunto a ser tratado foi gestão da água. O Sr. Caio comentou que foi discutido com o IPH que fosse usada uma cota para manutenção dos banhados e dos campos. Falou também que foi colocado pela FEPAM e SEMA dois sensores que medem o nível da quantidade de água. Explicou que isto foi uma determinação do Ministério Público, tiveram várias reuniões e atas, pois o sistema estava funcionando como um ralo. O Sr. Henrique (Coordenador Regional do ICMBio) quer lembrar que nem todos estavam desde o início do processo. Que foi uma das primeiras reuniões dele em 2009 com os irrigantes, Ministério Público e envolvidos. O que ficou evidente naquele momento é que o sistema de gestão da água é um sistema que cada levante tem uma outorga individual e que não tínhamos um somatório das quantidades. Então seria interessante que se integrasse esses usos. Ficou entendido que tinha que unificar os sistemas, que já era entendido pelo estado na época. De forma que tivéssemos um mecanismo de controle real, de forma que não faltasse água para o Taim e que os produtores tivesse um valor real de irrigação a cada ano. Então iam usar os valores do IPH que já tinham vários anos de estudo sobre a assinatura do Taim e que iríamos começar a trabalhar com as comportas. Desde que fosse criada a associação, medição dos níveis, para trabalhar paulatinamente essa questão. E mais para frente trabalhar com a qualidade da água também. Isso andou, a colocação da comporta tem base técnica robusta e com isso começa agora os ajustes. De acordo com o Sr. Henrique, se foi colocado demais se ajusta, isso vai ser um manejo eterno. E que temos que trabalhar com os mecanismos disponíveis. Tem um trabalho de manejo adaptativo a ser feito. O Sr. Henrique comentou que a intenção é gerenciar com um volume único a Lagoa Mangueira para que conservação, produção e pescadores sejam todos contemplados. O Sr. Caio disse que está sendo elaborado o Plano de Bacia e que a ESEC Taim faz parte. Também comentou que está sendo discutido com o IPH sobre essa quota e que esta deve ser mantida um nível 2.3 ou 2.4 em relação ao nível do mar. O Sr. Renato Reis (Representante do Sindicato Rural de Rio Grande) queria constar em ata que na reunião passada faltou uma homenagem ao lorque que teve uma participação muito importante neste conselho. E ainda queria colocar que a questão das comportas é muito anterior. E que sempre teve detrimento da produção de gado nessas

45 discussões. E esse prejuízo vem aumentando ao longo dos anos. Para ele mínimo que tem que  
46 ser feito é amarrar essas quotas a ZA, pois não se pode causar prejuízo aos vizinhos para  
47 beneficiar os produtores da Lagoa Mangueira. O Sr. Renato ainda se colocou a disposição para  
48 contratar uma empresa para medir os pontos mais baixos da ZA. A Sra. Marilene falou que  
49 esteve com a Procuradora Federal Anelise Becker e esta pediu para formalizar essa situação  
50 para demonstrar o problema e que se chegue uma quota que fique bom para todo mundo. O  
51 Sr. Paulo Arruda (representante do Sindicato dos Empregados do Comércio de Rio Grande)  
52 comentou que está muito preocupado com esse processo, pois não podemos errar mais. Acha  
53 que estamos cometendo um erro que vai causar um dano ambiental além do prejuízo dos  
54 vizinhos que moram nessa bacia. Sabe que é uma questão técnica, mas que tem ser muito  
55 discutida. Este ainda acha que merece um estudo forte que se possa cortar essa ligação da  
56 Mangueira com o Banhado do Taim. O Sr. Paulo Arruda acha que tem que chegar num ponto  
57 comum. O Sr. Gastaud (representante da Associação dos Arrozeiros de Santa Vitória do  
58 Palmar) acha que nós temos que brigar um pouco mais pela questão fundiária. Acha que é o  
59 momento crucial para resolver essa questão fundiária até mesmo para resolver essa situação.  
60 E ainda quer esclarecer que não foi uma decisão dos arrozeiros de fazer isso. Eles foram  
61 demandados e acataram. O Sr. Otávio (representante da Associação dos Irrigantes da Lagoa  
62 Mangueira) acha que todos estão cobertos de razão. Que eles são os grandes usuários da água  
63 então é normal que seja assim. O Sr. Paulo Duarte (representante da FEPAM) quer resgatar  
64 que estamos discutindo as duas atividades predominantes na região usuária da água. Lembrou  
65 a todos que essa foi uma ação proposta pelo Ministério Público e que estamos discutindo o  
66 nível para manter a UC. Ainda comenta que estamos adaptando a estrutura para manter esses  
67 usos. O nível que estamos discutindo é o nível baseado como bom para a unidade. Acha que  
68 agora vamos discutir para chegar na sintonia fina. O que preocupa é nossa agilidade para  
69 manejo. Como vamos discutir dentro dos limites proposto pelo IPH. Mas temos que pensar em  
70 agilidade pela comporta. O Sr. Kleber disse que o cerne principal é numa assinatura e nível  
71 adequado do banhado funcionando. Então vai dar uma resposta de 14 anos monitorando.  
72 Agora temos dois cenários, um da ESEC Taim sem a regularização fundiária e outro com a  
73 regularização fundiária. E a partir da cota vai se trabalhar dentro de um consenso.  
74 Tencionando ajustes destes dois cenários. Esse passo de ajuste e de chegar numa proposta de  
75 limite inferior, e aqui dentro vamos fazer esse protocolo. O Sr. Otávio acha que tem que  
76 chamar o IPH aqui, pois não conseguem informações dele. Este observa que há um  
77 descolamento no nível do banhado com a lagoa. Os níveis do banhado com o nível da lagoa  
78 não são iguais. O Sr. Caio falou que em relação a fundiária o Renato Reis foi o que mais  
79 trabalhou. Que agora temos que trabalhar junto com a SEMA para fazermos uma portaria  
80 conjunta para o mecanismo de reserva legal e também que existe a possibilidade de usar as  
81 multas ao invés da compensação ambiental. O Sr. Caio falou que outra coisa importante é o  
82 plano de bacia, o comitê vai ser responsável por gerir esse recurso. O Sr. André (represente do  
83 Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas da Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo)  
84 acha que tem uma contribuição importante e estão numa fase de avaliação do plano para  
85 depois ser submetido para aprovação. Este acha que sem duvida que a pauta Mangueira e  
86 Taim é delicado e tem que continuar mediando para contemplar todos os usos. O Sr. André  
87 comentou que o sistema que está posto é para remediar uma situação, pois estava fazendo o  
88 esgotamento total do banhado. Acha que o sistema tem que ser melhorado para poder abrir e  
89 fechar em função da necessidade. Esta feliz, pois estamos evoluindo, mas é um processo que

90 está nadando na direção. No entanto, do ponto de vista operacional o Sr. André acha que não  
91 está claro quem limpa os camarotes, quem abre e fecha as comportas, etc. Mas acha que teve  
92 uma evolução muito boa. O Sr. Henrique comenta que todos os problemas maiores que esse,  
93 resolvemos com uma olhar cuidadoso para várias questões. Acha que isso é um patrimônio  
94 desta UC e que esse tipo de diálogo é raro dentro de uma unidade de conservação. Outra  
95 questão é que a responsabilidade pela questão das comportas é do ICMBio e não do Ministério  
96 Público. O ICMBio tem que dar resposta sob pena de não cumprir os cuidados da UC. O Sr.  
97 Henrique comenta que nós também temos problemas para decifrar o nível e modelagem da  
98 lagoa feita pelo IPH. Este acha que para isso prosperar deve ser criado um grupo para tratar só  
99 disso para ajustar esse nível confortável para a ESEC do Taim e também para os irrigantes e  
100 pecuaristas. Até mesmo para ajudar o plano de bacia. O Sr. Henrique comenta que o ICMBio  
101 estará junto, pois tem interessante e demanda posta de ofício. O Sr. Cleber (representante da  
102 FURG) acha que o assunto é bem complexo mesmo. Temos a função de conservação da  
103 biodiversidade e temos que ter consciência que haverá consequência para o entorno, mas que  
104 essas consequências têm que ser distribuídas e não só favorecendo um lado. O Sr. Cleber fica  
105 com certo receio e reconhece que é um tema muito técnico para que a gente como grupo  
106 consiga encaminhar. Acha que deveria ser como solicitação que o IPH abra esses dados e faça  
107 estudos complementares sobre esses dados que ainda estão faltando. Essas respostas é que  
108 vão dar a garantia de ser fazer essa gestão adaptativa. O Sr. Cleber comentou que sabe que os  
109 produtores do entorno estão sofrendo, mas não acha que temos competência de decidir isso.  
110 Acha que é necessário um esclarecimento muito detalhado dessa questão. Os Srs. Renato Reis  
111 e Otávio concordam com o Cléber. O Sr. Paulo Duarte acha que uma sugestão seria a criação  
112 de um GT para regularização fundiária. Ainda acredita que temos muita informação por mais  
113 que ainda tenhamos dúvidas. Outra sugestão do Sr. Paulo Duarte seria trabalhar sobre os  
114 níveis, inclusive fazendo um evento técnico para tratar desse desafio. Este acha que pelo  
115 menos esse dois temas temos para tocar. O Sr. Renato Reis não discorda, mas todos  
116 reconhecem que a questão é o tempo. O Sr. André quer fazer proposta de encaminhamento.  
117 Solicitou que conste em ata que foi solicitado a Prof. Lúcia Rodrigues na Oficina do Plano de  
118 Manejo, que ela nos fornecesse a informação solicitada até para dar clareza ao plano de  
119 manejo. Então que se saia um ofício solicitando isso para o IPH. O Sr. Kleber acha que talvez  
120 esse grupo técnico vai ter que sentar e se debruçar sobre isso. O Sr. Renato Carvalho  
121 (representante do NEMA) acha que é interessante este estudo do Renato Reis, mas acha  
122 também que tem que começar a pensar no ambiente externo. Que só o IPH e nós não vamos  
123 conseguir bater o martelo nisso. Acha que tem outros grupos que trabalham com hidrologia  
124 que tem também capacidade de avaliar estes dados, pois está notório que a assinatura dada  
125 não corresponde a prática dos usuários. O Sr. Cleber acha que esse modelo todo do IPH é feita  
126 com base do banhado e de alguma forma relacionado com a biodiversidade do banhado. Acha  
127 que falta projeção dessa linha d'água para o entorno. O Sr. Henrique disse que o que entendeu  
128 é que se buscou uma assinatura com uma base histórica razoável, mas trabalharam com  
129 alguns ativos ambientais cisne-do-pescoço-preto, capivara, peixes, etc. Não foi feito estudo  
130 com o gado. Na nossa leitura usando essa técnica existe o máximo e o mínimo. Com esse  
131 olhar, acha que a partir daí vamos ter que fazer gestão de usos compartilhados. Acha que com  
132 certeza erraremos, mas estaremos mais próximos do certo. Ele só fica preocupado, concorda  
133 com o seminário porque as perguntas tem que ser muito bem feita se não valerá de nada. O  
134 Sr. Gastaud acha que a conclusão do IPH foi essa, agora para chegar nesse ponto tem que

135 saber o entorno, área de contribuição, nível da lagoa, etc. Ele não acredita que o trabalho do  
136 IPH não tenha isso tudo. Ficou acordado que o ICMBio vai mandar um ofício solicitando que o  
137 IPH venha apresentar ao conselho este trabalho. A Sra. Marlene acha que da fala do Henrique  
138 que o estudo leva a crer que é o ideal para toda a biodiversidade. Esta acha que é importante  
139 que fique com um mínimo bom para todos. Solicita que se reveja esse nível e que fique mais  
140 próximo possível ao ideal para as pessoas que estão bastante comprometidas com o esse nível  
141 atual. Foi criado o GT de gestão da Água com as seguintes instituições: Sindicato dos  
142 Empregados do Comércio de Rio Grande, Sindicato Rural de Rio Grande, Associação dos  
143 Amigos e Moradores do Albardão, Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas da  
144 Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo, Associação dos Irrigantes da Lagoa Mangueira,  
145 Associação dos Arrozeiros de Santa Vitória do Palmar, FEPAM e ICMBio. O Sr. André acha que a  
146 síntese do GT tem que ser manual operativo das comportas. Encerrada pauta, deu início a  
147 assuntos gerais. O Sr. Eduardo Peixoto (representante da Associação dos Proprietários e  
148 Moradores do Banhado do Maçarico) quer que conste em ata a preocupação dele com a  
149 qualidade da água das lagoas e a segunda é em relação ao efeito de deriva. O Sr. Renato Reis  
150 falou que esse não é o fórum para falar sobre deriva, pois isso tem que ser tratado no conselho  
151 da REVIS do Banhado do Maçarico. O Sr. Renato Reis ainda disse que essa proposição do  
152 Eduardo dentro do Maçarico tem tido uma posição individual e não cabe a manifestação dele  
153 como conselheiro. O Sr. Renato Reis disse que o Sindicato Rural de Rio Grande já solicitou a  
154 FARSUL para discutir o tema. O Sr. Alan (representante do Sindicato Nacional das Empresas de  
155 Aviação Agrícola) falou que é uma motivação extremamente pessoal, pois é uma discussão  
156 individual dele com a Granja Quatro Irmãos. O Sr. Alan disse que é um dos que mais aplica na  
157 região e que tem deriva tanto por avião quanto terrestre, mas que tem se diminuído muito. E  
158 ainda colocou que todos estão à disposição para fazer teste de deriva zero e que trará um  
159 benefício muito grande para a região. O Sr. Paulo Duarte acha que o Sr. Eduardo levantou duas  
160 questões: a deriva e o químico na água. Este acha que isso é um problema sim e achou  
161 excelente essa iniciativa do sindicato. O Sr. Renato Reis explicou que não quis dizer que não  
162 seja válida a reclamação dele. O Sr. Kleber acha que tem que acolher a preocupação dos  
163 moradores na ata a preocupação e esses fatos serão contemplados no plano de manejo que  
164 está sendo elaborado pela ESEC do Taim. Outro assunto geral que o Sr. Renato Reis trouxe é a  
165 proposição de discussão da população de capivaras dentro da ZA. Trouxe um trabalho da  
166 EMBRAPA que já tratou desse tema. Gostaria de uma reunião sobre isso, juntamente também  
167 com o IBAMA. A reunião encerrou às 12:30.